

**LEI Nº 654/2026**

**DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026.**

*Autoriza o Poder Executivo a firmar o parcelamento de débito junto à Caixa Econômica Federal – CEF referente ao não recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CROATÁ**, no uso de suas atribuições conferidas em Lei, faço saber que a Câmara Municipal Decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar junto à Caixa Econômica Federal – CEF os débitos decorrentes do não recolhimento do FGTS durante o período de setembro de 2016 a maio de 2022.

**Art. 2º.** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos orçamentos anuais, suplementadas se necessário até o limite do parcelamento, fazendo consignar nos próximos orçamentos, dotações suficientes para a execução desta Lei.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CROATÁ, 13 de fevereiro de 2026.



**RONILSON FRANCISCO DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal de Croatá

